

## INCLUSÃO: EDUCAÇÃO QUE SE FAZ ESPECIAL

Maria Angelica Marinho Nichele<sup>1</sup>  
 Maria Aparecida Olenski March<sup>1</sup>  
 Miguel Fecchio<sup>2</sup>

**RESUMO:** A inclusão de alunos P.N.E.E. (portadores de necessidades educacionais especiais) no âmbito escolar, está se tornando cada vez mais visível nos dias atuais. Amparada pelas Leis de Diretrizes e Bases que regem a educação brasileira e defendida por diversos autores, os quais enfocam simultaneamente a importância da heterogeneidade em sala de aula, a aceitação das diferenças e as barreiras não só arquitetônicas como também sociais implantadas dentro do sistema educacional, a inclusão é considerada um desafio a ser superado por professores, familiares e alunos. Abordado também em jornais e revistas, tal assunto evidencia experiências das quais fortalecem esse processo complexo, porém, imprescindível para a construção de uma sociedade inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** inclusão, âmbito escolar, familiares, sociedade, desafio.

### INTRODUÇÃO

O termo *inclusão* tão mencionado atualmente, é alvo de estudos e discussões entre governo, escola e sociedade. Vê-se em propagandas de televisão, ouve-se em cursos e seminários, lê-se em manchetes de jornais, revistas e literaturas contemporâneas, a extrema discussão em torno de um assunto polêmico – incluir pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais nos diversos segmentos de nossa sociedade visivelmente despreparada principalmente no espaço escolar.

A Política Nacional de Educação Especial define como aluno P.N.E.E. todo aquele que por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Em outras palavras, o aluno P.N.E.E. não é aquele que apresenta um ou mais tipos de deficiência em si, mas aquele que pedagogicamente falando, pode possuir dificuldade de aprendizagem e necessita de orientação diferenciada para que desenvolva suas competências e minimize tal dificuldade como qualquer outro aluno do ensino regular.

Nota-se, atualmente que a idéia de inclusão de alunos P.N.E.E. faz-se presente nas instituições do ensino fundamental, porém, as barreiras para que essa idéia seja colocada em prática, são também notáveis: poucos são os alunos especiais que estão freqüentando o ensino fundamental; os educadores que deveriam por lei recebê-los, demonstram claramente estarem despreparados para atuarem com um aluno “diferente” em meio a uma sala lotada; o espaço físico não é, muitas vezes, acessível à movimentação desses alunos e entre tantas barreiras, evidencia-se a discriminação da comunidade escolar.

No entanto, percebe-se a necessidade de estabelecer alguns fatores importantes para que a inclusão escolar ocorra verdadeiramente, aliada ao propósito de recomendar algumas medidas práticas na área da educação.

### DESENVOLVIMENTO

É importante destacar que em nosso país, educação é um direito estendido a todos e a partir da promulgação

da Constituição da República Federativa do Brasil no ano de 1988, foram significativos os avanços em relação aos direitos das pessoas P.N.E.E. O artigo 208 preceitua “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” Esse artigo constitucional combate a discriminação e ao mesmo tempo recomenda a inclusão escolar, garantindo o atendimento especializado e prioritário àqueles que legalmente necessitam.

A LDB (Lei 9394/96) sistematiza o atendimento educacional ao portador de necessidades educacionais especiais e visa a não estabelecer os rumos e fundamentos da educação brasileira como também reconhecer a importância da Educação Especial. Fica explícito no artigo 58 da LDB o qual se refere à Educação Especial como sendo “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” Assim, torna-se evidente a preocupação a qual sugere a LDB em possibilitar a educação inclusiva em um espaço onde a diversidade de seres humanos contribui para a formação acadêmica, cultural e social de forma igualitária e não-segregada.

Segundo Sasaki (1997) a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, etc) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida.

No entanto, é na escola que está situado o foco principal desse trabalho. Com a Declaração de Salamanca após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e qualidade, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO em junho de 1994, sobressaíram-se teorias e práticas inclusivas que começava a ser discutidas com grande ênfase em nosso país, dentre as quais destaca-se que as escolas regulares com a orientação inclusiva constituem um dos meios mais eficazes com o intuito de se combater atitudes discriminatórias, além de aprimorarem a eficiência e proverem uma educação efetiva para todos.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Letras da UNIPAR- campus Cianorte

<sup>2</sup> Professor da UNIPAR de Cianorte – Mestre em Educação- UFU – Orientador - miguel@unipar.br

Porém, deve esclarecer que o mero acesso à escola de ensino fundamental não é o suficiente, há que se ter um maior responsabilidade do poder público, além da criação de modalidades alternativas de atendimento nas escolas para cada tipo específico de deficiência.

Mendes (1999: 68) define a inclusão como um processo demorado, pois envolve, além do acesso, a permanência e o sucesso na escola. Não se trata de um mera mudança de endereço: tirar da escola especial e colocar na classe comum da escola regular.

Para tanto, cabe aqui ressaltar que a inclusão na área da educação deve estar inter-relacionada à posição assumida por professores, dos demais alunos e dos pais. Os professores ao estarem em contato com uma sala heterogênea podem perceber que os alunos sem necessidades especiais ao participarem das atividades em conjunto com os 'novos amigos' tendem a desenvolverem uma maior habilidade para exercerem liderança e espírito de cooperação. Para os alunos que recebem em seu meio, colegas com déficits físico, motor ou mental, a socialização certamente gerará mudança de comportamento e conseqüentemente, passar-se-á a valorização do ser diferente. Na perspectiva dos pais visa-se a aprovação da proposta inclusiva, pois estes, tanto quanto os filhos, esperam uma quebra de preconceitos gerados no âmbito da comunidade escolar assim como a aceitação. Mainardi (2003:159) ao abordar esse assunto declara: "Ter um filho deficiente não é nenhum drama, nenhum peso, nenhum problema. Basta que os outros não perturbem. Os pais de crianças deficientes não querem favores nem comisseração. O que eles querem é que as crianças tenham a oportunidade de conviver com outras crianças." Nota-se a partir desse depoimento que na realidade, ainda existe o visível choque da exclusão x inclusão em nosso país devido a falta de uma postura político-social.

Guimarães(2003:44) sugere " Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que esta se transforme de forma a possibilitar a inserção daquela." Para que esse processo torne-se efetivo são necessárias algumas medidas práticas em relação a cada área específica de deficiência das quais garantirão o sucesso dos aluno P.N.E.E. tais como: a garantia e disponibilidade de materiais didáticos para os alunos, como por exemplo regletes e soroban na área da deficiência visual, a presença de instrutores que tenham o domínio de Libras (língua brasileira de sinais) nas salas de aulas onde o professor regente tem

aluno portadores de deficiência auditiva, a eliminação de barreiras arquitetônicas e adaptações das quais possam possibilitar o acesso aos deficientes físicos, estabelecer um contato direto com a família do aluno para que assim como as outras, participem da vida escolar e acompanhe seu desempenho, a adequação de um ambiente que propicie a interação com todos os alunos, a formação ou informação para os professores que recebem alunos especiais para que estes sejam seguros e desempenhem sua função de orientar tanto quanto mediar o ensino-aprendizagem a partir de um currículo adaptado caso seja necessário, e principalmente a auto-avaliação de atitudes para que se erradique a discriminação no espaço escolar.

## CONCLUSÃO

Por tudo isso, nota-se a extrema importância que há na modificação de alguns paradigmas educacionais, já que educação é impreterivelmente um direito de todo cidadão brasileiro e está na diversidade a riqueza da verdadeira aprendizagem. Torna-se visível a partir desse trabalho, a transformação pela qual o sistema educacional brasileiro deverá passar ou que certamente já vem passando ao receber, principalmente no ensino fundamental, alunos com as mais diversas especificidades de aprendizagem, dentre eles os P.N.E.E. Espera-se no entanto, que a inclusão seja implantada de forma coerente mesmo que aos poucos para que futuramente "ser diferente" seja algo simplesmente normal em todo e qualquer segmento da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2004.
- BRASIL. **Como entender e aplicar a Nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- GUIMARÃES, A. Inclusão que funciona. **Revista Nova Escola**, São Paulo, p. 43-47, set. 2003.
- MAINARDI, D. Deficientes discriminados. **Revista Veja**, São Paulo, a.36, n. 49, p.159, dez. 2003.
- MENDES, E .G. **Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais e a educação especial: inclusão ou exclusão das diversidades**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.